

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 3

5 de dezembro de 2018

(17 h 52 m – 18 h 56 m)

Ordem do dia:

1. Apreciação e votação dos requerimentos apresentados sobre pedidos de documentação e realização de audições
2. Programação dos trabalhos
3. Nomeação do Deputado Relator
4. Outros assuntos

Presidente da Comissão: Filipe Neto Brandão

Deputados:

Ascenso Simões (PS)

Jorge Machado (PCP)

Telmo Correia (CDS-PP)

João Vasconcelos (BE)

Berta Cabral (PSD)

Carlos Peixoto (PSD)

O Sr. **Presidente** (Filipe Neto Brandão): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, 20 minutos depois da hora marcada na convocatória estando reunidas as condições, creio que é tempo de iniciarmos a reunião.

Eram 17 horas e 52 minutos.

Antes de entrarmos na ordem de trabalhos, queria apenas dar nota de uma proposta que a Mesa tem a fazer ao plenário da Comissão.

Relativamente ao ponto um, propunha que hoje apreciássemos e votássemos os requerimentos apresentados sobre os pedidos de documentação e a realização de audições. Posteriormente, em resultado dessa votação, a Mesa convocaria os Srs. Deputados Coordenadores para tentarmos construir uma lista sistematizada e sequencial das audições, a apresentar na próxima reunião, para aprovação. Penso que, assim concluiríamos todo este processo e passaríamos à realização dessas audições, mas não me queria antecipar.

Daria, de imediato, a palavra ao PCP, que já ma pediu, assim como, obviamente, aos demais grupos parlamentares, para a apresentação dos requerimentos que são do conhecimento dos Srs. Deputados.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma ligeira interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Não precisa de ser ligeira, tem a palavra, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, a proposta da Mesa é relativa ao segundo ponto da ordem de trabalhos, mas nós vamos entrar agora no primeiro ponto.

O segundo ponto é que se refere à sistematização dos trabalhos e, portanto, faz sentido que a proposta da Mesa seja avaliada nesse ponto.

E, quanto ao primeiro ponto, também gostaríamos de intervir.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sim, nós também!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Da proposta da Mesa falaremos no segundo ponto, mas, relativamente ao primeiro ponto, estamos em condições de iniciar.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo, Sr. Deputado.

A minha intenção era precisamente no sentido de dar a palavra aos grupos parlamentares para procederem a uma brevíssima — espero! — apresentação dos seus requerimentos. Sugeriria que começássemos pelo PCP, terminando no PSD, a menos que vejam um critério diferente.

Pausa.

Então, não havendo objecção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, serei muito breve, até porque o nosso requerimento também é muito breve tanto na apresentação, como no seu conteúdo concreto.

Não poderia deixar de referir, em primeira instância, que o Grupo Parlamentar do PCP votará favoravelmente todos os requerimentos apresentados. Temos algumas dúvidas que gostaríamos de ver discutidas, mas votaremos favoravelmente os requerimentos apresentados pelos diferentes grupos parlamentares.

Contudo, gostaria de levantar, desde já, uma questão acerca das entidades e pessoas a serem ouvidas constantes no requerimento do Partido Social Democrata.

A determinada altura, é referida a necessidade de ouvir os elementos da GNR (Guarda Nacional Republicana) constituídos arguidos no processo. Naturalmente, este é um elemento indeterminado e percebo que o PSD não tenha feito uma apresentação dos nomes concretos porque, provavelmente, não sabe quais são.

Porém, isto suscita ao PCP as mesmas preocupações que manifestou na altura da discussão em Plenário do inquérito parlamentar que deu origem a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, motivos pelos quais optámos pela abstenção nessa votação.

Efetivamente, ainda nem sequer temos uma acusação por parte do Ministério Público que permita aceder a um conjunto de informações, portanto percebo, e não tenho nada a opor, que o requerimento seja aprovado, mas fica registado que este é um elemento indeterminado e que terá de ser, necessariamente, concretizado em momento posterior.

Relativamente ao nosso requerimento, como é óbvio, ele assenta naquilo que presumimos que não seria proposto pelos restantes grupos parlamentares. Vários grupos parlamentares foram sendo muito profícuos na elaboração e na transmissão de informação acerca das entidades propostas para audição, pelo que não quisemos fazer um exercício de repetição de nomes que, naturalmente, serão colocados nessa lista.

Indicámos dois militares em situação de reserva, os quais tiveram responsabilidades nas questões operacionais relativamente às instalações de Tancos, e um capitão da Força Aérea, que é investigador da PJM (Polícia Judiciária Militar) e que entendemos poder ser útil aos trabalhos da nossa Comissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não vou alongar-me muito mais, mas queria ainda colocar um desafio à bancada do PSD. Não apresentámos um requerimento sobre a matéria deliberadamente, mas queria aludir a afirmações que o Sr. Rui Rio fez, por diversas vezes, em declarações públicas.

Na intervenção de encerramento da Universidade de Verão do PSD, por exemplo, o Sr. Rui Rio disse que pedia celeridade à investigação do roubo em Tancos, mas que, sobre o assunto, não dizia tudo o que sabia. Dois dias depois, disse: «Tenho outras informações, mas não posso dizer» e, depois da operação desencadeada pela Polícia Judiciária, afirmou que já estava à espera do que se tinha passado nessa terça-feira.

Portanto, é óbvio que o líder do PSD tinha tido acesso a um conjunto de informações ainda antes de a comunicação social as publicar. Apesar de não requerermos a sua vinda à Comissão Parlamentar de Inquérito, porque se trata de um líder de um partido, queremos registar que acharíamos natural que o Sr. Rui Rio se autopropusesse a vir dizer o que sabe sobre esta matéria.

Obviamente, por aquilo que transmitiu à comunicação social, e que volto a citar: «Tenho outras informações, mas não posso dizer», seria bom que viesse depor à Comissão Parlamentar de Inquérito.

É este o desafio que lançamos ao líder do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, do CDS, também para uma brevíssima apresentação dos seus requerimentos probatórios.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, registo que V. Ex.^a tenta condicionar-me logo à partida, classificando a minha intervenção de «brevíssima».

O Sr. **Presidente**: — Foi nos mesmos termos, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, procurarei, de facto, ser breve.

Queria começar por dar uma explicação a V. Ex.^a sobre o nosso ligeiro atraso. Por má interpretação minha, tinha percebido que esta reunião, tal como a anterior, se iniciaria após o Plenário. Ficámos com a ideia de que seria sempre assim.

Como, na reunião anterior, se disse que seria após o Plenário, fiquei com isso na cabeça e achei que a reunião não começaria antes de o mesmo terminar. Mas, de facto, a reunião estava marcada para as 17 horas e 30 minutos e, portanto, o erro foi meu.

Sr. Presidente, queria dizer, de uma forma muito breve, que o nosso requerimento para as audições é extenso e vasto, o que faz sentido da parte do partido que propôs a constituição desta Comissão de Inquérito. Não faria sentido o CDS propor a constituição da Comissão e, depois, não procurar ser detalhado nas várias audições.

No entanto, creio, o requerimento fala por si. Basicamente, requeremos a audição daqueles que tinham responsabilidade direta sobre os paióis e sobre o armamento que estava guardado essencialmente nos Paióis Nacionais de Tancos, ou seja, dos comandantes dos vários regimentos.

Depois, obviamente, propomos que sejam ouvidos os comandantes das Forças Armadas a um nível superior, designadamente o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, e os assessores militares que, em alguns casos, até, transitaram de uma função para outra e poderão ter tido alguma informação, pois, seguramente, acompanharam esta matéria até junto dos gabinetes políticos onde ela não terá deixado de ser analisada.

Propomos, de resto, que esta seja a ordem das audições: primeiro, os operacionais militares, depois, os chefes militares e, a seguir, os responsáveis da PJM (Polícia Judiciária Militar), designadamente aqueles que estão obviamente envolvidos e que estão muito no centro, em particular, da segunda parte desta história, que é a da devolução do material. Incluímos também alguns responsáveis a um nível inferior, mas que terão estado envolvidos, sem fazermos qualquer tipo de distinção.

Poderia fazer-se a distinção de, em alguns casos, podermos estar perante arguidos e, noutros, não. No entanto, desde há algumas comissões de inquérito, a Assembleia da República passou a chamar quem entendia para prestar esclarecimentos, independentemente dessa condição. É evidente que quem está na condição de arguido pode limitar o seu próprio depoimento, o que é uma questão diversa, mas já há várias comissões de inquérito que não estabelecemos limites com base nisso e, portanto, também não o faremos nesta.

Chamamos também os responsáveis da investigação criminal, designadamente ao nível da Polícia Judiciária, na pessoa do seu diretor, ao nível das forças e dos serviços de segurança envolvidos, ao nível dos próprios serviços de informações e dos seus principais responsáveis, bem como a anterior, e a atual, Procuradora-Geral da República.

Aliás, convinha sublinhar a ideia — que tem muito a ver com uma parte da proposta de constituição desta Comissão de Inquérito, que o CDS apresentou e que o Plenário aprovou — de que haverá também que analisar a articulação entre as várias entidades investigatórias, nomeadamente entre a parte militar e a parte não militar.

Portanto, faz sentido, com certeza, ouvirmos os principais responsáveis das forças e dos serviços de segurança e também dos operadores de polícia criminal para sabermos qual foi a articulação nesta matéria e, até, como será possível melhorá-la.

Terminaríamos com a audição dos responsáveis políticos, porque, aí sim, teremos de fazer uma leitura mais conclusiva e mais política.

Neste caso, pedimos que sejam ouvidos os responsáveis políticos mais óbvios, começando pelo anterior Ministro da Defesa e o atual. O foco, obviamente, estará no anterior, porque foi com ele que a maior parte destes acontecimentos relevantes se deu. No entanto, como houve uma transição de pasta, também faz sentido que o atual Ministro seja chamado, até porque pode ter havido desenvolvimentos posteriores.

Pela tutela que têm em algumas destas instituições, ainda que esse não seja, obviamente, o cerne das nossas audições, chamamos a Sr.^a Ministra da Justiça, que tem a tutela da Polícia Judiciária, e o Sr. Ministro da Administração Interna, que tem a tutela da GNR, que fazem parte deste processo, até pela questão da coordenação.

Por último, porque a questão foi pública e a dúvida se levantou, não excluimos que seja ouvido o Sr. Primeiro-Ministro, Dr. António Costa.

Em relação ao Sr. Primeiro-Ministro, pedimos apenas que seja ouvido. Conhecemos as prerrogativas legais de que dispõe e, se entender exercê-las, é uma decisão sua, mas, se quiser responder de viva voz perante a Comissão — o que, admito, poderia ser excecional —, não limitamos essa possibilidade. Obviamente, conhecemos a lei e sabemos que o Sr. Primeiro-Ministro goza dessa prerrogativa que exercerá, ou não, conforme o seu entendimento.

Portanto, basicamente, são estes os pedidos de audições que fazemos e penso que não me alonguei tanto quanto isso, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela concisão, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado João Vasconcelos, do Bloco de Esquerda, pedia a atenção das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados para o seguinte: a anterior convocatória referia que a reunião seria no final do Plenário e

tinha uma hora indicativa, conforme o que primeiro se verificasse, mas, para esta reunião, tínhamos fixado uma hora concreta. Pedia apenas que atentassem nesta circunstância.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Fiquei com o antecedente na cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Certíssimo, tem toda a pertinência e justificação.

Sr. Deputado João Vasconcelos, tem a palavra para o mesmo efeito e com o mesmo apelo à concisão.

O Sr. **João Vasconcelos** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, antes de me referir ao requerimento do Bloco de Esquerda, queria fazer um parêntesis para dar nota de que, naturalmente, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votará favoravelmente todos os requerimentos para que sejam ouvidas, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, as entidades aí plasmadas.

Naturalmente, muitos nomes são repetidos. Penso que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda foi o primeiro a apresentar um conjunto de entidades a serem ouvidas, mas sabemos que muitas se repetem.

No conjunto das várias personalidades que desejaríamos que fossem ouvidas nesta Comissão de Inquérito, incluímos dois anteriores ministros da Defesa, tanto deste Governo como do Governo anterior; o anterior Chefe do Estado-Maior do Exército; o anterior Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas; os cinco comandantes militares que foram exonerados e readmitidos no caso de Tancos; dois generais que se demitiram na altura; um conjunto de arguidos, tanto da Polícia Judiciária Militar como da GNR, no âmbito do processo de reaparecimento do

armamento na Chamusca; um líder de investigação criminal da Polícia Judiciária Militar e também os presidentes das associações socioprofissionais dos militares. Sabendo que, aquando do furto de Tancos, teceram um conjunto de críticas relativamente a esta matéria, pensa o Bloco de Esquerda que será pertinente ouvir também os Srs. Presidentes dessas associações socioprofissionais.

Já agora, queria deixar uma nota relativamente ao primeiro ponto do requerimento do Bloco de Esquerda, no qual pedimos que a Comissão de Inquérito solicite os documentos relacionados com o caso de Tancos que estão na posse da Comissão de Defesa.

Este pedido foi um pouco propositado, pois é nosso entendimento que os documentos que estão em segredo de justiça terão uma importância diferente em relação àqueles que não estão em segredo de justiça. De qualquer modo, o assunto foi resolvido hoje, na Comissão Parlamentar de Defesa, de forma consensual.

Caso não tivesse havido a decisão de hoje na Comissão Parlamentar de Defesa, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda teria de solicitar ao Sr. Presidente ou à Comissão que pedisse autorização à Procuradoria-Geral da República para aceder a determinados documentos que estão em segredo de justiça. Penso que este assunto foi ultrapassado e, por isso, por aqui me fico.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões, do Partido Socialista, com igual apelo à concisão.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, muito rapidamente, queria dizer que, hoje, temos decisões a tomar em três universos.

O primeiro diz respeito à lista de personalidades e entidades que a Comissão de Inquérito quererá ouvir. Neste âmbito, o Partido Socialista

propõe que se ouçam todos aqueles que, direta ou indiretamente, possam ter estado relacionados com a ocorrência de Tancos a partir de janeiro de 2014. Entendemos que devemos fazer um enquadramento global e não ficar-nos única e exclusivamente pelo tempo que vai para além, ou vem para cá, da primavera de 2017. Julgamos que esta nossa proposta é relevante para que esta Comissão possa ter um resultado satisfatório e honrar o papel do Parlamento.

No segundo universo, que diz respeito aos documentos, não temos nada a identificar.

Nestes dois universos, o das audições e o dos documentos, votaremos a favor de todos os requerimentos de todos os partidos.

Quanto ao terceiro universo, no qual se inclui um requerimento do PSD relativo a uma visita da Comissão a Tancos, gostaria que a Comissão se pronunciasse, porque não se refere nem a documentos nem a personalidades.

Peço, por isso, a todos os grupos parlamentares para autonomizarmos a votação desse requerimento do PSD. Uma vez que não diz respeito nem a personalidades nem a documentos, parece-me que faz sentido termos uma decisão, consensual ou não, sobre essa matéria autonomizando a sua votação. Neste caso, trata-se já de um procedimento da Comissão, mas, como veio no requerimento do PSD, acompanhando as solicitações de documentos, faz sentido que o autonomizemos.

A segunda questão tem a ver com os procedimentos.

Penso que vamos caminhando no sentido de encontrar um procedimento que seja o claro, o normal, o lógico. Aquele que foi apresentado pelo Sr. Deputado Telmo Correia é mesmo o lógico e, no *e-mail* que remetemos relativamente aos procedimentos, já tínhamos identificado exatamente o mesmo.

Portanto, acho que caminhamos no sentido de encontrar uma evolução, olhando primeiro para os operacionais, depois para os comandos, depois para a investigação, depois para a política, fazendo esta evolução, que é essencial e central para que possamos ter, na Comissão, um trabalho que possa ser...

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Lógico!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — ... lógico.

Por último, queria dizer que o número de personalidades indicado nos requerimentos apresentados por todos os partidos é muito relevante.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Exceto no do PCP!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Por todos os partidos! O PCP também as apresentou, mesmo que pouquinhas a somar às restantes — ou as nossas a somar às do PCP, é indiferente.

Portanto, se olharmos bem para o universo das personalidades a ouvir, se fizermos um trabalho normal de, por exemplo, quatro audições por semana, estas já se podem estender até ao final da Legislatura.

Gostaria de apelar a que os grupos parlamentares ponderassem esta circunstância, não tanto no sentido de fazermos as coisas à pressa, mas no sentido de podermos olhar para a estrutura militar, percebermos as suas realidades e podermos resolver essas audições o mais rapidamente possível.

Todos sabemos que a estrutura militar tem sensibilidades, formas de organização e, até, de notificação próprias: nenhum militar pode vir à Assembleia da República sem solicitar junto do seu superior hierárquico a sua vinda, o EMFAR (Estatuto dos Militares das Forças Armadas)

determina as regras de vinda e o Regulamento de Disciplina Militar determina um conjunto de regras complementares.

Sabendo o Partido Socialista que não tem condições para marcar, digamos assim, os trabalhos da Comissão, seria importante que tentássemos encontrar um consenso no sentido de acelerar estas audições, independentemente de podermos fazer as restantes com o cuidado, a cadência que a Comissão vier a entender.

Nesse sentido, a nossa proposta seria no sentido de ouvir primeiro os militares que estão no terreno e que é importante que possam continuar a sua própria atividade, sem estarmos durante muito tempo à espera da sua vinda. Tendo em conta que são personalidades diferentes, formas de olhar diferentes e, até, formas de olhar para a hierarquia diferentes, devíamos ter algum cuidado neste primeiro universo, que foi referido pelo Sr. Deputado Telmo Correia e que também é referido no nosso requerimento.

Portanto, não temos capacidade de influenciar decisivamente a Comissão, mas gostaríamos de apelar aos grupos parlamentares para que olhassem para esta realidade muito específica.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar a apresentação dos requerimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral, do Partido Social Democrata.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, também o PSD, como lhe foi solicitado, apresentou quatro requerimentos, com diferentes objetivos, nomeadamente o de ouvir algumas entidades e, como já foi referido, o de promover uma visita às instalações dos paióis de Tancos, com vista a tomarmos um contacto direto com aquela realidade, a contextualizarmos o nosso trabalho e a percebermos exatamente do que

estamos a falar. Isto é, digamos, um procedimento comum neste tipo de inquirições e é algo que consideramos muito importante.

Quanto às personalidades a serem ouvidas, o requerimento é perfeitamente autojustificativo, pelo que não vamos estar com grandes detalhes. Quero apenas dizer que tivemos a preocupação de as considerar por uma determinada ordem de prioridade, em função da própria cronologia dos acontecimentos, porque me parece relevante que haja uma sequência que nos permita ir deduzindo os vários acontecimentos e as interligações entre as várias entidades em cada momento.

Naturalmente, compreendemos que, depois, isso tem de ser tudo consensualizado e sistematizado com as restantes entidades a ouvir. Queria, contudo, chamar a atenção para a particularidade de não considerarmos esta lista fechada, aproveitando para responder, desde logo, à questão do Sr. Deputado Jorge Machado em relação aos elementos da GNR.

Tendo em conta que nem sempre conseguimos identificar quem são os arguidos nem quem vai ser arguido à medida que este processo for acontecendo, é natural que as várias audições nos vão abrindo caminhos e «linhas de investigação» que devem ser percorridas por todos nós para o cumprimento da missão que foi atribuída a esta Comissão. Por isso mesmo, entendemos que a lista não deve ser fechada, o que, de alguma maneira, responde a várias questões.

Em relação à documentação que está na posse da Comissão de Defesa, separámos a classificada — alguma será confidencial, outra reservada, mas falamos de documentação classificada — da não classificada. Assim, acho que nos poderia ser remetida, desde já, pela Comissão de Defesa, toda a documentação relacionada com o seu trabalho sobre Tancos que não seja matéria classificada e, pelo Ministério da Defesa, um conjunto de documentação que nos permita ir avançando nos

conhecimentos que são necessários para darmos seguimento ao nosso trabalho no âmbito da Comissão de Inquérito.

Em relação à matéria classificada, pedimos expressamente, num requerimento autónomo, que a Comissão de Defesa decida como entende que deve remeter essa documentação. Faz sentido que, havendo agora uma Comissão de Inquérito, a Comissão de Defesa lhe ceda, de alguma maneira, o seu papel nesta matéria.

Ainda em relação a este assunto, queria dizer que, do ponto de vista das prioridades, consideramos essencial que a visita a Tancos ocorra antes do início dos nossos trabalhos. Consideramos também que temos de receber a documentação pedida antes do início das audições, porque faz todo o sentido que, para as promovermos, tenhamos o máximo de conhecimento dos documentos que já existem.

Caso contrário, poderíamos chegar à situação caricata de ter de chamar as mesmas pessoas à Comissão, novamente, quando chegasse a documentação e estivéssemos na posse de outros elementos. Portanto, julgamos que estas prioridades são essenciais.

Sr. Deputado Jorge Machado, penso que já respondi, de alguma maneira, às suas questões relativas à lista fechada.

Já em relação à questão do Dr. Rui Rio, queria dizer que houve uma declaração posterior a resolver a situação e a explicar essas afirmações. As notícias sobre essa matéria referem que se tratava de uma dedução lógica, racional e óbvia, que, aliás, se veio a confirmar mais tarde. Devo dizer, contudo, que respeitamos e registamos o interesse do PCP nas declarações do líder do PSD.

Em relação às questões do Sr. Deputado Ascenso Simões, penso que, de alguma maneira, também já registámos a razão para a apresentação dos quatro requerimentos e para esta segmentação, sendo que consideramos

importante receber toda a documentação, independentemente de, no segundo ponto, podermos voltar a esta questão.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria apenas acrescentar, já depois desta última intervenção, da Sr.^a Deputada Berta Cabral, que o entendimento desta Comissão é o de que, obviamente, nenhuma lista de pedidos de audições é fechada. É certo que admitimos que haverá um momento em que ela terá de o ser, mas penso que isso será útil para os trabalhos da Comissão, sob pena de eles se poderem prolongar indefinidamente, o que, obviamente, não é nem a nossa intenção nem o nosso objetivo.

O Sr. **Presidente**: — A lei assim o determina.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Portanto, a lista deve ser aberta até um certo momento e devemos decidir, em sede de Comissão, quando consideraremos estarem esgotadas as possibilidades de audição. Mas isso será lá mais para a frente.

Em segundo lugar, queria dizer que apresentámos outro requerimento, o qual compreendemos que não tenha sido distribuído, uma vez que foi entregue já depois do prazo — se bem que, também nesse caso, não há uma lista fechada de requerimentos. De resto, o nosso requerimento secunda o do PSD, propondo que, além de Tancos, se visite também Santa Margarida, para onde foi deslocalizada a maior parte do material.

Penso que isto será útil para nós, Deputados, termos o contexto, percebermos, de alguma forma, aquilo de que estamos a falar, a dimensão do material, a quantidade e, designadamente para aqueles que, como eu, não estão na Comissão de Defesa — já passei por lá, mas há muitos anos —, tenham uma perceção e uma ideia mais realista sobre aquilo de que estamos a falar. Nesse sentido, para além da visita a Tancos, referida no requerimento do PSD, acrescentamos a visita a Santa Margarida.

Em relação aos documentos, queria dizer que, no fim, o que propomos acaba por ir ao encontro da solução encontrada hoje pela Comissão de Defesa, a qual, sendo uma boa solução, só posso cumprimentar. Tanto quanto percebi, essa solução passa por, no pressuposto de que esta Comissão pedirá a documentação, a Comissão de Defesa pedir informação à Procuradoria-Geral da República para a remeter a esta Comissão. É uma boa solução e corresponde ao que pretendemos.

Queria dizer também algo que não é irrelevante e que me esqueci de dizer na minha primeira intervenção: pedimos uma quantidade vasta de documentos, a maior parte dos quais é mencionada ou referida nos documentos entregues pelo Governo, e audições de outras comissões para que, como é evidente, façam parte do acervo desta Comissão.

O CDS viabilizará qualquer audição que seja pedida, desde que seja formalizada. Isto aplica-se a todas as que estão pedidas, obviamente, e mesmo às que estão só vagamente sugeridas. Viabilizaremos todas, não teremos posição contrária e não temos nada a objetar à sua realização.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Peixoto, que a pediu, queria pedir um esclarecimento ao Sr. Deputado Telmo Correia.

Sr. Deputado, os serviços referem-me que não terá chegado nenhum requerimento relativo a Santa Margarida.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, a informação da nossa assessoria era a de que teria sido entregue. Se o lapso é meu e se não o foi, sê-lo-á de imediato.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — É indiferente, está feito!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Se não foi entregue, sê-lo-á de imediato, mas esclareci, oralmente, aquilo que pretendemos. Tenho-o aqui por escrito...

O Sr. **Presidente**: — Posso dar a garantia de que o Presidente mandou distribuir todos os requerimentos que deram entrada na Mesa.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — E vamos entregá-lo agora, então, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Certo.

Sr. Deputado Carlos Peixoto, tinha pedido a palavra. Faça favor.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, no fundo, é para uma interpelação à Mesa, mas que permitirá que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esclareça um pouco o seu requerimento na parte em que diz, enfaticamente, que o Primeiro-Ministro deporá por escrito.

A questão é que não é prerrogativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista escolher o modo de prestação de depoimento do Primeiro-Ministro. Será o próprio a dizer se quer responder por escrito ou se quer fazê-lo presencialmente.

Uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro se prestou a prestar depoimento na Comissão e a esclarecer as coisas, era bom que, em primeiro lugar, exercesse a prerrogativa. Ou seja, a Comissão tem de lhe colocar a questão, antes de mais, se quer depor ou não. Querendo, tem se se perguntar se quer responder por escrito ou presencialmente.

Isto não é despiciendo, porque o requerimento do Partido Socialista apenas diz, ou anuncia — não sei se isto resulta de alguma combinação —, que o Primeiro-Ministro depõe por escrito.

Pergunto: é esse o sentido estrito do requerimento do Partido Socialista? É que, porventura, a Comissão poderá ter mais interesse em que ele deponha presencialmente e o Sr. Primeiro-Ministro até pode, ele próprio, achar que deve depor presencialmente.

Acontece que, se votarmos o requerimento como foi redigido pelo Partido Socialista e o Primeiro-Ministro disser que depõe presencialmente, ele estará, no fundo, a assumir um caminho que a própria Comissão não votou nem pretendeu.

Era esse o esclarecimento que pretendia, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro deve esclarecer as questões, deixo a sugestão de retirar a parte em que é referido que deporá por escrito, caso em que, obviamente, votaremos favoravelmente. Assim, temos algumas dúvidas.

O Sr. **Presidente**: — Entretanto, acaba de chegar o requerimento do CDS.

Tem a palavra, Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, se me permite, a informação que temos é a de que, de facto, o requerimento foi enviado para

a Comissão às 17 horas e 30 minutos de hoje, mas também já foi entregue em papel.

Além disso, sem tirar a palavra a ninguém, gostaria de dizer que, quando for a minha vez de intervir, farei um comentário à questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Carlos Peixoto.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa regista as inscrições do Sr. Deputado Ascenso Simões, do Sr. Deputado Jorge Machado e do Sr. Deputado Telmo Correia, por esta ordem.

Tem a palavra, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, os partidos apresentam as suas propostas e os restantes votam-nas.

O Partido Socialista apresentou a sua e os diferentes partidos podem votar conforme entenderem.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Machado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, se me permite, gostaria de tecer um comentário, num tom mais descontraído, quanto às visitas de estudo, às deslocações.

Em primeiro lugar, queria dizer que, estando o paiol de Tancos desativado, a utilidade da visita às instalações é diminuta e merece alguma ponderação. Naturalmente, instalações que foram desativadas não têm o mesmo grau de proteção que tinham na altura do furto e, por isso, hoje, não é possível avaliar o grau de degradação existente à data. Sugiro apenas uma reflexão.

O requerimento do CDS peca por insuficiente. Sem querer estar a entrar em matéria que foi fornecida à Comissão de Defesa, mas que é útil

para o caso, tanto quanto sabemos, o material que estava no paiol de Tancos foi disseminado por diferentes ramos das Forças Armadas e,...

O Sr. **Jorge Gomes** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — ... portanto, não foi entregue a um só. Assim, visitar Santa Margarida significa ver uma parte do material que estava armazenado em Tancos e não a sua totalidade. Ora, acho que também essa deslocação merece alguma reflexão, quanto à sua utilidade para os trabalhos da Comissão.

Era esta a única nota que queria deixar. Como não tenho posição definitiva sobre estas matérias, se insistirem na visita de estudo, o Grupo Parlamentar do PCP abster-se-á na votação destes requerimentos, tendo em conta as reservas explanadas.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Telmo Correia, refiro que, não obstante ter já mandado distribuir o requerimento entregue em papel, aparentemente, a outra versão não terá chegado ao servidor.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não façamos disso um caso, Sr. Presidente. Está entregue e está resolvido.

Queria deixar apenas duas brevíssimas notas.

A primeira é relativa a esta questão das visitas, que consideramos úteis, como sempre considerámos noutras comissões, inclusivamente — não querendo importá-las para aqui —, noutras que tinham também a ver com matéria militar. De resto, tanto quanto sei, a Comissão de Defesa faz visitas com alguma regularidade.

Não excluimos nenhuma visita. Pensamos que a maior parte do material está em Santa Margarida, mas, se for preciso ir a outros paióis, iremos a outros paióis também e iremos detalhando o que formos encontrando.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — É óbvio!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Se não detalhámos o número de pessoas a serem ouvidas e se há, até, alguns requerimentos que têm um número indefinido, o que pode ser um risco — espero que não, mas estaremos cá para esclarecer a sua dimensão e o seu universo —, poderemos fazer todas as visitas.

Chamo só a atenção para o facto de as visitas da Comissão não serem obrigatórias. Os grupos parlamentares decidirão se entendem que são úteis ou não e se as querem fazer ou não. Mas, do nosso ponto de vista, são diligências que podem ser úteis e interessantes e que nos darão uma perspetiva mais terrena sobre o que estamos a discutir. Digo «mais terrena» no sentido em que será no terreno, ou seja, no local onde está o paiol de Tancos, que, mesmo desativado, nos dará uma ideia do que aconteceu naquele dia 28 de junho, se não me engano.

Por último, Sr. Presidente, em relação a esta microquestão da audição do Sr. Primeiro-Ministro, acharia mais correto, ou mais amplo, e não teria nada opor se o Partido Socialista incluísse no requerimento a expressão «audição do Primeiro-Ministro por escrito, se ele assim o entender», o que, de resto, corresponde à lei e é um direito que ele tem.

Na minha opinião, dizer que só queremos que deponha por escrito não faz muito sentido, até porque pode ser do próprio interesse do Primeiro-Ministro depor presencialmente. Duvido que o faça e não há antecedentes de Primeiros-Ministros que o tenham feito. Mas não tenho

problema nenhum em que o Primeiro-Ministro, à semelhança de Primeiros-Ministros anteriores, diga que só quer responder por escrito.

No entanto, da forma como o requerimento está redigido, estaríamos a coartar uma possibilidade que caberia ao próprio Primeiro-Ministro decidir, no âmbito de um direito que ele tem e que resulta da lei, que fique claro. Portanto, acharia mais correto alterar a redação, mas é a apenas a minha opinião.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — É uma prerrogativa dele e não nossa!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, foram suscitadas várias questões.

Em primeiro lugar, refiro a questão da lista, que é aberta, mas não indefinidamente, como é óbvio. Devo dizer que tivemos essa preocupação e, por isso, propusemos que, ao fim de um terço das audições, se fizesse um ponto de situação e, nessa altura, a lista seria fechada, o que faz todo o sentido, dado que temos um prazo para cumprir e tudo faremos para que ele seja cumprido.

Em relação à questão da visita, achamos que é útil e mantemos o requerimento. Percebo que os Deputados que fazem parte da Comissão de Defesa não tenham tanto interesse nessa visita como os que não fazem. Pessoalmente, por razões óbvias, também não faço questão particular de visitar o paiol, mas julgo que é útil que todos os elementos desta Comissão percebam do que estamos a falar e da dimensão do espaço de que estamos a falar, porque, às vezes, pode parecer que é ali uma coisinha pequena, que se chega lá e é fácil controlar, etc. Julgo que é importante a visita e, portanto,

mantemos o nosso requerimento e não nos opomos a que haja mais visitas, como é óbvio.

Em relação à questão do Sr. Primeiro-Ministro, julgo que a solução apontada pelo Sr. Deputado Telmo Correia resolve tudo. Efetivamente, é uma prerrogativa que ele tem e que exercerá, se assim o entender, e longe de nós, alguma vez, impedir que isso aconteça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, a grande vantagem do Parlamento é que tem memória histórica e há Deputados, como os que acabaram de falar, que podiam recuperar a memória histórica para percebermos qual é a dimensão desta permanência da resposta por escrito dos Primeiros-Ministros.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — É uma prerrogativa do próprio!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Portanto, o Partido Socialista não fez nem mais nem menos do que foi feito em circunstâncias anteriores.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — E esta não pode ser diferente?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Vamos lá ver, permitem-me que fale ou não? Se me permitirem, eu acabo.

O Partido Socialista não fez mais do que aquilo que foi feito em circunstâncias anteriores, ou seja, o Partido Socialista apresentou uma proposta para que o Sr. Primeiro-Ministro responda por escrito às questões que o Parlamento lhe colocar, nos termos legalmente previstos.

Vozes do PSD: — Não, não!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Srs. Deputados, permitam-me que acabe.

Há outra coisa que os grupos parlamentares podem fazer, que é apresentar uma proposta alternativa e colocá-la à votação. Se as propostas alternativas existirem, e forem aprovadas, o Sr. Primeiro-Ministro virá ao Parlamento e dará a resposta como entenderem. Mas toda a gente sabe que, nos termos da lei, os Primeiros-Ministros respondem por escrito.

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Por decisão do próprio e não do grupo parlamentar, como é óbvio!

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, longe de mim querer coartar a palavra a alguém, mas pedia que não fossem repetitivos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Peixoto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, farei uso da palavra com muita contenção.

Sr. Presidente, vamos lá ver uma coisa, de duas uma: ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já falou com o Primeiro-Ministro e ele já disse que deporá por escrito — e, assim, percebemos o sentido do requerimento do Partido Socialista — ou, então, se não falou, não podemos estar a obrigar o Primeiro-Ministro a assumir uma ação...

A Sr.^a **Sandra Pontedeira** (PS): — Que ele pode fazer!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — ... que a própria lei não obriga. Isto é, com todo o respeito, ridículo!

Uma comissão não pode dizer a um Primeiro-Ministro que deponha por escrito se é a própria lei que diz que, se ele preferir, pode depor por escrito,...

A Sr.^a **Fátima Ramos** (PSD): — Claro!

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — ... mas, se não preferir, pode vir à comissão de inquérito presencialmente. Portanto, não podemos estar a condicionar um Primeiro-Ministro a tomar uma atitude que a própria lei não diz que tem de tomar.

Logo, se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista assumir que já falou com o Primeiro-Ministro e que foi isto que ele disse que queria fazer, nós vergamo-nos a essa combinação e também votaremos a favor.

Mas, se não for assim, Sr. Deputado Ascenso Simões, se o Primeiro-Ministro quiser depor presencialmente na Comissão, vamos proibi-lo? É que aquilo que a Comissão vai votar é que ele deponha por escrito, não presencialmente.

Por isso, acho que a solução encontrada resolve perfeitamente o problema, que não queremos eternizar por uma questão procedimental. Se o Sr. Primeiro-Ministro assim o preferir, se assim o entender, depará presencialmente, nos termos da lei. Está resolvido.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Ascenso Simões, e porque a lei foi invocada, nada melhor do que ler o próprio texto da lei.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Pode ser útil, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — O que refere o n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, na matéria que agora está em discussão, é o seguinte: «Gozam da prerrogativa de depor por escrito, se o preferirem,...»

A Sr.ª **Fátima Ramos** (PSD): — Se o preferirem!

O Sr. **Presidente**: — «... o Presidente da República, os ex-presidentes da República, o Presidente da Assembleia de República, os ex-presidentes da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro e os ex-primeiros-ministros, que remetem à comissão, no prazo de 10 dias a contar da data da notificação dos factos sobre que deve recair o depoimento, declaração, sob compromisso de honra, relatando o que sabem sobre os factos indicados.»

Esta é uma questão que se colocará *a posteriori*, depois de ser determinado se alguém que esteja subsumível a esta norma será ou não objeto de inquirição.

A Sr.ª **Berta Cabral** (PSD): — Pois, é essa a questão!

O Sr. **Presidente**: — Não é uma questão que se coloque *a priori*, penso eu.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, de uma forma muito breve, acho que estamos a dizer o mesmo desde o princípio.

Do nosso ponto de vista, há uma falsa questão. O que nós queremos é que o Primeiro-Ministro seja ouvido sobre esta matéria, aplicando-se o

mesmo regime que aos Deputados, quando são testemunhas num processo: podem depor presencialmente ou, se preferirem, por escrito.

É uma preferência do Primeiro-Ministro, relativamente à qual os partidos, designadamente os dois da oposição, já disseram que não têm nada contra, antes pelo contrário.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Claro!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — O Sr. Deputado Ascenso Simões tem razão quando diz que, no passado, sempre foi assim com primeiros-ministros, mas cabe ao Primeiro-Ministro escolher se quer depor por escrito ou presencialmente. Ninguém estranhará, nem ninguém se indignará se ele disser que prefere depor por escrito, é um direito dele, repito, é um direito dele!

No entanto, acho que seria mais correto se se incluísse no requerimento o pedido para que seja ouvido o Sr. Primeiro-Ministro, e para ser mais preciso, nos termos do artigo 16.º ou o que foi referido pelo Sr. Presidente. Para nós estará bem.

Senão, se no requerimento constar que tem de ser obrigatoriamente por escrito, é a Comissão que se está a limitar a si própria, o que não faz muito sentido, na minha opinião.

Presumo que o Primeiro-Ministro será ouvido e que será por escrito, mas penso que não faz sentido aprovarmos isso à cabeça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, pedia que votássemos os requerimentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, não havendo objeções, passaríamos à votação dos requerimentos.

Se bem entendi — mas corrigir-me-ão, se não for o caso —, face aos anúncios reiterados e em função das declarações feitas, como é óbvio, serão votados favoravelmente todos os requerimentos, à exceção dos referentes às visitas a Tancos e, presumo, a Santa Margarida, formalizada a sua autonomização.

Não havendo objeções, votaremos, pois, todos os requerimentos, à exceção dos referentes às visitas.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — E o referente ao Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — É isso que estou a dizer, Sr. Deputado.

Até ao momento, na sequência das intervenções dos vários grupos parlamentares, tinha a informação de que seriam votados favoravelmente os requerimentos recíprocos, feita expressa menção de salvaguarda à questão da visita a Tancos, que, obviamente, se junta à da visita a Santa Margarida.

Assim sendo, poderíamos passar à votação em conjunto dos requerimentos que referi, a menos que seja requerida a autonomização da votação de mais algum. Também poderíamos votar os requerimentos um a um.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, queria solicitar a autonomização não dos requerimentos, porque está muito bem como disse, mas da parte do requerimento do PS que se refere à audição do Primeiro-Ministro. Digamos que não é uma votação ponto por ponto mas, de alguma forma, atinge esse objetivo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, o Partido Socialista não está disponível para que o seu requerimento seja repartido. Os partidos votarão os diversos requerimentos, como tem de ser, e, se quiserem votar contra o requerimento do Partido Socialista, assim farão.

Quanto à questão de Tancos, foi proposta a sua autonomização por não estar incluída naquilo que estava previsto na convocatória.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Peixoto.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, tenho sérias dúvidas de que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se possa opor a que a Comissão, a requerimento de um grupo parlamentar, desagregue, ponto por ponto, aquelas que são, digamos, as diligências probatórias. Este é um hábito desta Casa nas comissões e também no Plenário.

Aquilo que sugiro, depois desta posição, que não entendo, do Deputado Ascenso Simões, é que a Comissão se pronuncie sobre ela, porque há um requerimento verbal, expresso pelo PSD, no sentido de desagregar a votação relativa à vinda do Primeiro-Ministro nos termos em que é proposta.

Se aceitamos desagregar as votações relativamente às diligências instrutórias, muitas delas incluídas no mesmo requerimento, também é

normal, natural, democrático que possamos votar separadamente esta questão, quanto mais não seja para dar possibilidade aos grupos parlamentares, nomeadamente ao PSD, de explicar porque é que o está a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Peixoto invocou o Regimento da Assembleia da República e sabe perfeitamente, como membro da direção da sua bancada, que a separação das votações tem de ser aceite pelo proponente, coisa que, relativamente a este caso, não acontece por parte do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, dadas as circunstâncias e a posição do Sr. Deputado Ascenso Simões,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Não é do Deputado Ascenso Simões, é do Partido Socialista!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... ou do Deputado Ascenso Simões, em nome do Partido Socialista,...

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Muito obrigado!

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — ... queria dizer que estamos em condições de votar e, obviamente, teremos de ser consequentes em relação àquilo que dissemos antes.

O Sr. **Presidente**: — Então, votaremos requerimento a requerimento?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Os requerimentos dos partidos.

O Sr. **Presidente**: — Certo, os requerimentos dos partidos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, sendo conhecedores do teor de todos os requerimentos, passamos à sua votação, por ordem de entrada.

Começamos por votar o requerimento do CDS-PP que solicita o envio de documentação sobre o objeto da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) por parte das comissões parlamentares, nomeadamente da Comissão de Defesa Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do requerimento do Bloco de Esquerda, que solicita o envio de documentação sobre Tancos por parte da Comissão de Defesa Nacional, nos termos que o Sr. Deputado explicitou há pouco, e propõe uma lista de entidades a serem ouvidas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos votar o requerimento do Partido Socialista, que propõe uma lista de entidades a ouvir e solicita documentação a diversas entidades.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do BE e do PCP e abstenções do PSD e do CDS-PP.

Votamos agora votar o requerimento do PSD que solicita o envio de documentação sobre o objeto da Comissão por parte da Comissão de Defesa Nacional e do Ministério da Defesa Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos à votação do requerimento do PSD que solicita o envio de toda a documentação relativa ao objeto desta CPI que tenha sido remetida pela PGR (Procuradoria-Geral da República) à Comissão de Defesa Nacional, assim como toda a correspondência trocada entre ambas.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se outro requerimento do PSD, que propõe uma lista de entidades a ouvir, por ordem de prioridades.

Em relação à ordem de prioridades, como há pouco referi, sugeri no próximo ponto que, em reunião de Mesa e Coordenadores, tentemos arranjar uma sequência de prioridades que resulte da conjugação das várias listas apresentadas.

De qualquer forma, vamos votar este requerimento do PSD.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Temos, agora, um requerimento do PSD, solicitando a visita às instalações dos Países Nacionais de Tancos.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Machado** (PCP): — Sr. Presidente, relativamente a este requerimento, dou como boa a explicação da Sr.^a Deputada Berta Cabral e, apesar de ter anunciado a minha abstenção, tendo em conta a explicação dada, votarei favoravelmente.

Já quanto ao requerimento do CDS, sugeria alguma ponderação, porque entendo que não faz sentido visitarmos apenas uma pequena parte dos locais que receberam o armamento e não vermos a totalidade.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos, então, votar o requerimento do PSD, solicitando uma visita às instalações dos Paióis Nacionais de Tancos.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Passamos agora à votação do requerimento do Partido Comunista Português, que propõe uma lista de entidades a ouvir.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos votar o requerimento do CDS-PP que propõe uma lista de personalidades e entidades a ouvir, de acordo com uma determinada ordem, sem prejuízo de, para a ordem das audições, valer o mesmo que há pouco referi.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos agora um requerimento do CDS-PP, solicitando o envio de documentação por parte de diversas entidades.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Segue-se a votação do requerimento do CDS-PP solicitando à Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado que informe a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre quais os documentos relativos ao furto do material militar ocorrido em Tancos e ao seu aparecimento que se encontram identificados como classificados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos votar, agora, o requerimento do CDS-PP que solicita a transcrição de várias audições já realizadas na Comissão da Defesa Nacional.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, vamos votar o requerimento do CDS-PP, distribuído há pouco aos Srs. Deputados, que propõe a realização de uma visita às instalações dos paióis do Campo Militar de Santa Margarida, para onde foi transferido parte do material existente nos Paióis Nacionais de Tancos.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do BE e do CDS-PP e a abstenção do PCP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, tendo sido aprovados todos os requerimentos apresentados pelos diversos grupos parlamentares, antes de passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos, darei a palavra a quem a solicitar para, se assim entender, apresentar uma declaração de voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, foi elucidativa a discussão que aqui tivemos.

Gostaria de citar o *Correio da Manhã*, relativamente a uma questão dirigida ao Sr. Dr. Rui Rio sobre a possibilidade de chamar o Primeiro-Ministro à Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo que possa depor apenas por escrito.

O Presidente do PSD foi claro: «Eu não vou atrás de foguetes. Não me lembro de um primeiro-ministro vir a uma Comissão. O Primeiro-Ministro pode vir ao Plenário, que é a sede própria para um ministro responder. Devemos manter o respeito institucional e o sentido de Estado. O Primeiro-Ministro tem de dar explicações, mas no Plenário, não vai à Comissão».

A Sr.^a **Joana Barata Lopes** (PSD): — Mas vale a pena explicar?

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Devia era agradecer!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Eu agradeço. Efetivamente, o líder do PSD está do lado do PS!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluído o primeiro ponto da ordem dos trabalhos, vamos passar à programação dos nossos trabalhos.

Para as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que não estavam presentes no início da reunião, reitero que é entendimento unânime da Mesa, após a votação dos requerimentos, reunir com os Deputados Coordenadores para

apresentar, na próxima reunião plenária da Comissão, no que diz respeito à programação dos trabalhos, uma proposta sistematizada e conjugada.

Creio que a esmagadora maioria das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados, senão a sua totalidade, reconhecerá que será mais profícuo fazê-lo, até em função da necessidade de alguma maturação. Entretanto, os serviços de apoio já começaram a fazer uma sistematização de todos os requerimentos apresentados, o que agradeço.

Proponho, indicativamente, que, na próxima quarta-feira, a Comissão reúna para aprovar a lista sequencial que resultar dessa conjugação dos requerimentos aprovados, sendo que, entretanto, os diversos pedidos de documentação serão expedidos.

Recordo que foram aprovados requerimentos para a audição de 63 individualidades, mas, como alguém referiu, poderá ainda haver um número indeterminado, determinável mas ainda indeterminado, de pessoas a inquirir e, portanto, essa lista será objeto de deliberação em reunião de Mesa e Coordenadores.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, fizemos chegar até si e, por sua via, aos restantes grupos parlamentares uma proposta no sentido de acelerarmos os trabalhos da Comissão.

Como disse no início da reunião, o Partido Socialista não tem nenhuma condição de determinar os trabalhos da Comissão, nem quer impedir que os grupos parlamentares tenham todas as condições para exercer as suas funções, mas voltaria a pedir que os grupos parlamentares ponderassem a especificidade da condição militar.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — O quê?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — A especificidade da condição militar. Compreendo que o Sr. Deputado Carlos Peixoto não conheça a condição militar...

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Não tinha ouvido!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Gostaria ainda de colocar uma questão sobre as afirmações da Sr.^a Deputada Berta Cabral relativamente ao tempo que vai mediar entre a expedição dos documentos pedidos e o início das audições. Qual é o tempo que a Mesa e os grupos parlamentares entendem necessário para começarmos as audições?

Se repararem, o universo de documentação pedida é vasto, sendo, talvez, dirigido a mais de duas dezenas de entidades e conviria que se soubesse quando é que esta Comissão está em condições de começar a trabalhar. Pelo menos, o Partido Socialista gostaria de sabê-lo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ascenso Simões, esse assunto, que também decorre dos requerimentos aprovados, será objeto da reunião de Mesa e Coordenadores e da proposta a apresentar no próximo plenário desta Comissão.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Berta Cabral.

A Sr.^a **Berta Cabral** (PSD): — Sr. Presidente, aprovados os pedidos de documentação, esses podem ser já expedidos por parte da Comissão, de forma a ganharmos o máximo de tempo possível. Quanto ao resto, a lei prevê que, depois da notificação e da receção dos pedidos, as entidades têm 10 dias para responder e, portanto, isso está perfeitamente regulamentado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sr. Presidente, no mesmo sentido do que acabou de dizer a Sr.^a Deputada Berta Cabral, gostaria de referir que a documentação é relevante para a análise que vamos fazer.

Não temos problema nenhum por os trabalhos serem intensos ou em que haja mais do que uma audição por dia, etc., dentro do que nos parece razoável.

Serei dos Deputados que terei menos problema com isso, mas, sobre a marcação de audições entre o dia de Natal e o dia de Ano Novo, tenho dúvidas de que possa ser uma boa ideia para a maior parte dos Deputados. Mas, repito, não terei problema com isso e o CDS não se oporá seja ao que for em termos de audições.

Estamos dispostos a trabalhar, como sugere o Sr. Deputado Ascenso Simões, de uma forma afinçada e com brevidade, procurando que não seja necessário prorrogar o tempo de trabalho da Comissão de Inquérito, ainda que o prazo de funcionamento da maior parte das comissões de inquérito tenha sido quase sempre prorrogado — é a ideia que tenho, mas isso também é fácil de verificar.

Estamos dispostos a trabalhar com esse afinco dentro daquilo que é razoável e tendo, obviamente, e logo à partida, um mínimo de tempo de análise para a documentação, porque também não faz sentido chamarmos as pessoas para lhes fazermos perguntas quando nem sequer lemos a documentação sobre a qual as queremos inquirir.

O Sr. **Presidente**: — Deduzo que o plenário subscreva este entendimento da Mesa e que, portanto, mandate os Coordenadores e a Mesa para apresentarem uma proposta para a próxima reunião.

Quanto ao ponto n.º 3, sobre a nomeação do Deputado Relator, apenas o fiz incluir nesta ordem de trabalhos porque, como sabem, até à quinta reunião, teremos de o indicar.

Pergunto aos Srs. Deputados se estão em condições de indicar algum Sr. Deputado para Deputado Relator.

O Sr. Deputado Telmo Correia está em condições de o fazer?

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Não, Sr. Presidente.

Mas estou em condições de lhe dizer que, na primeira reunião, dissemos que — e convém que a Comissão se pronuncie sobre isso —, estando em aberto a possibilidade de termos um Deputado Relator ou um grupo de trabalho, independentemente de um membro desse grupo de trabalho ser o Relator, preferimos a segunda opção, ou seja, a de haver o envolvimento dos vários grupos parlamentares. É uma solução que é permitida pelo nosso Regulamento e que tem sido adotada em muitas outras comissões, isto é, haver um Relator mas este ser «secundado» por um grupo de trabalho que o possa ajudar nesse trabalho.

Em relação ao Relator, pela lógica normal, à partida, caberá ao maior grupo parlamentar fazer essa indicação e, portanto, não me cabe a mim fazê-lo. Se fosse esse o caso — o que para mim seria agradável — fá-lo-ia, mas não o sendo, obviamente, respeitarei quem tem, em primeira linha, obrigação de indicar o Relator.

O Sr. **Presidente**: — Antes de dar a palavra a quem mais a peça, não desconheço essa sugestão do Sr. Deputado Telmo Correia. Tive oportunidade de estudar as várias comissões de inquérito e quero citar um grande parlamentar de nome Telmo Correia que, aquando da Presidência da comissão de inquérito relativa a material de guerra, referiu aquilo que é óbvio, isto é, a lei determina que haja um Relator até à quinta reunião. Isso

é obrigatório, sendo facultativo os demais grupos parlamentares integrarem um grupo de trabalho.

Esse grupo de trabalho pode ser constituído e não ter a indicação de Deputados de todos os grupos parlamentares, aliás, o histórico é que alguns grupos parlamentares indicam, outros não. A verdade é que, independentemente dessa sugestão, que terá de ser ponderada pelos diversos grupos parlamentares, até à quinta reunião, teremos de indicar um Relator. Mesmo que haja um grupo de trabalho, existe o Relator que não pode deixar de ser indicado até à quinta reunião.

Deixo aqui o repto para, em primeiro lugar, cumprirmos a lei e, portanto, até à quinta reunião, estarmos em condições de indicar um Deputado Relator. Todas as Sr.^{as} e Srs. Deputados ouviram a sugestão sobre o grupo de trabalho e, estando disponíveis, é certo que, em caso algum, a participação neste grupo é obrigatória.

O Sr. **Telmo Correia** (CDS-PP): — Sim, sim!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, peço para abordarmos essa questão na reunião de Mesa e Coordenadores porque ainda não temos uma opinião sobre essa matéria e as implicações que ela possa ter no âmbito da organização dos trabalhos com outras comissões. Gostaríamos de a ponderar de forma diferente.

O Sr. **Presidente**: — Falta-nos falar sobre o ponto n.º 4, Outros assuntos.

O Sr. Deputado Carlos Peixoto tem a palavra.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, é sobre um outro assunto que já coloquei na primeira reunião.

Penso que o Sr. Presidente me terá dito que o pedido de informação do Sr. Presidente da Assembleia da República à Procuradoria-Geral da República, relativamente à existência ou não de inquéritos em curso, já tinha sido feito, mas não sei se essa informação já chegou.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, essa informação já chegou e está confirmado que sim.

O Sr. **Carlos Peixoto** (PSD): — Sr. Presidente, está confirmado que sim, que há inquéritos em curso?

O Sr. **Presidente**: — Sim, Sr. Deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta reunião está encerrada.

Pedia às Sr.^{as} e Srs. Deputados Coordenadores que ficassem para acertarmos a data da próxima reunião.

Eram 18 horas e 56 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.